



Índios da Aldeia Alagoa Grande não vão mais cultivar nesta área, pois há determinação de usina para que desocupem todo o local

DEMARCAÇÃO DE TERRAS NA BAIÁ DA TRAIÇÃO

Exército não cumpre decreto, diz cacique

Várias aldeias e grande parte das terras da reserva indígena potiguara, na Baía da Traição, foram excluídas de seus limites no processo de demarcação efetuado no início do ano, pelo Exército, o que segundo os índices, resulta numa perda real de mais de um terço da área total de suas terras, calculadas em cerca de 37 mil hectares.

O cacique Severino Fernandes, da Aldeia de São Francisco, a maior da reserva afirmou que a demarcação feita pelo Exército não obedeceu sequer o decreto presidencial, que prevê entre 20 e 25 mil hectares a reserva potiguara, o que, segundo Severino, ainda está distante da extensão real, estimada pelos índios em mais de 50 mil hectares.

Juntamente com outros caciques, como é o caso de Daniel Santana da Aldeia de Forte e grande parte dos índios, lutei muito pela demarcação da reserva, visando garantir a sobrevivência dos índios dentro de seus limites. Isso está

sendo desrespeitado não somente pelo decreto que deixa fora dos limites de extensão um terço das terras e pela demarcação efetuada pelo Exército que extrapola o que determina o decreto, reduzindo ainda mais a área indígena, disse Severino Fernandes.

A luta dos índios de Baía da Traição é a mesma dos índios do Xingu, no Norte do País, e pela demarcação de suas terras dentro dos limites de extensão conhecido pelos índios. Severino Fernandes afirmou que a irregularidade na demarcação da reserva potiguara já foi denunciada pelas lideranças indígenas locais, à delegacia regional da Funai, no Recife, e à Direção Nacional, em Brasília.

Segundo os índios, no último dia 12 de julho, esteve na reserva um representante nacional da Funai, que procurou ouvir os índios e observou a demarcação feita pelo Exército. Severino Fernandes explicou que o dirigente nacional da Funai, não teve consideração ne-

nhuma acerca das observações dos índios, acerca do desrespeito ao decreto do Governo. "Ele se limitou apenas a anotar as observações feitas e, até o momento não temos nada de concreto sobre a demarcação dentro dos limites de extensão da reserva previsto pela própria Funai, que é de 37 mil hectares," lamentou.

O cacique Daniel Santana, por sua vez, afirmou que com a demarcação muitos índios ficaram sem terras, o que se caracterizou um grande prejuízo. Destacou que a demarcação, pelo decreto deveria ter sido iniciada no local conhecido como "Marco de Balaça", o que não foi obedecido pelo Exército, que fez a demarcação a partir do marco conhecido pelos índios como "marco de Maria Pitanga".

O índio potiguar José Cassiano, da aldeia Forte, afirmou que além das aldeias que ficaram fora da demarcação, áreas de terras consideráveis, dentro do perímetro urbano da cidade de Baía da Traição, foram também excluídas, não tendo se levado em consideração a população indígena da cidade, que é de 1200 índios. A população potiguar global é de 4.900 índios.

Severino Fernandes afirmou que os índios como os camponeses precisam da terra para dela tirar o seu sustento, vivem em grande parte do cultivo de lavoura de subsistência, mandioca, feijão, milho, batata doce, verduras, coleta de frutos e da pesca.

"As terras que ficaram de fora da demarcação estão ficando para o 'branco' lamentou o cacique ao mostrar áreas de terras pertencentes à reserva indígena que já estão sendo devastadas pelos proprietários da Usina Miriri, para o cultivo de cana-de-açúcar.

ALDEIAS EXCLUÍDAS

A área de terras da reserva excluída no processo de demarcação é superior a 15 mil hectares incluindo nesse total as aldeias de Alagoa Grande, Brejinho, Cemitério, de Marcação, Grupiuna de Cima e Itaepi.

Perto dessas terras tem muitos vasosores — destacou o cacique, se referindo às proximidades dos limites dessas terras com as Usinas Miriri, Rio Vermelho, Gican e mesmo as terras pertencentes da Fabrica de Tecidos Rio Tinto.

O reflexo dessa proximidade com as Usinas está sendo sentido pelos índios das aldeias excluídas, especialmente os de Alagoa Grande, onde o proprietário da Usina Miriri já colocou máquinas para devastar a área e recomendou aos índios que não utilizassem as terras baixas, ou seja, as melhores terras, visto que ele iria ocupar com o plantio de sementes de cana de açúcar. Aos índios restou a utilização das terras acidentadas, o que não está sendo aceito.

Severino Fernandes afirmou que diante da ameaça a que estão expostos os índios, foi ao chefe local do Posto da Funai, Amilton Soares e solicitou a sua intervenção junto aos usineiros, no sentido de paralisar a devastação, o que foi respeitado de certa forma.

O cacique explicou que o chefe do Posto local da Funai, Amilton Soares, realmente está há poucos dias na direção, no entanto, não entendeu a sua atitude negando que está inteirado dos problemas relativos à demarcação. "Ele mesmo foi conosco falar com o usineiro para parar o trabalho de devastação da aldeia de Alagoa Grande," destacou.

Somente na Aldeia de Alagoa Grande, o problema de terras,

**Reportagem Socorro Andrade
Fotos Arion Carneiro**

criado a partir da exclusão dessa aldeia dos limites da reserva, envolve cerca de 30 famílias de índios. A potiguara Zulmira Medeiros, da aldeia em questão, afirmou que a determinação do usineiro de que os índios devem ocupar as terras de cima (acidentadas) é muito ruim não oferece nenhuma condição e além do mais exige dos índios um trabalho dobrado, visto que terão de cultivar e colher em região de ladeiras.

Zulmira explicou que o usineiro disse que havia comprado todas as terras, somente depois percebeu que a área incluía a reserva indígena, daí estar propondo o acordo que permitiria aos índios a ocupação apenas das terras acidentadas. O cacique Severino Fernandes esclareceu que as terras não poderiam ter sido vendidas já que pertencem aos índios.

As mudanças na direção nacional da Funai, trouxeram grandes esperanças para os índios potiguaras, segundo admitiu o próprio cacique afirmando que espera que a Justiça garanta os direitos dos índios da reserva Potiguara de Baía da Traição.

Ainda explicou que a reserva é reconhecida pelo Incra e pela Funai. O Incra prevê aos índios que ficarem fora da reserva área de terra de no mínimo 50 hectares. Só que aos índios não interessam áreas independentes de terras, a luta é pela garantia de reserva coletiva indígena. Severino Fernandes alertou que além de não interessar ao índio a propriedade privada da terra, a distribuição de lotes para os índios que ficaram fora da demarcação, poderá servir para futuros problemas e onde a Funai não poderá intervir, já que a partir do momento que forem particulares foge a competência do órgão.



Cacique Fernandes: muitas aldeias terminaram excluídas



Zulmira: reserva indígena terminou sendo afetada

Posto da Funai se nega a comentar

A conselho vocês a procurarem a Delegacia Regional da Funai, no Recife, se quiserem obter maiores informações. Não posso dizer nada, não sei de nada, não tenho nenhum conhecimento a nível jurídico sobre o que está sendo feito. Foi como se pronunciou o chefe do Posto da

Funai, em Baía da Traição, Amilton Soares.

O chefe do posto limitou-se a dizer que estava há menos de 15 dias no posto, não estava a par dos problemas relativos a demarcação e só podia falar algumas coisas após entendimentos da Delegacia Regional do órgão que já vem acom-

panhando o problema.

Sobre a informação dos índios acerca da posição já assumida pelo legado da Funai, no sentido de tomar todas as providências cabíveis a nível jurídico para garantir o direito dos índios, Amilton explicou que não tem conhecimento

A nível local, também se limitou a dizer que não tomou nenhuma providência, negando inclusive a sua participação na interdição da devastação que já estava sendo executada por alguns usineiros em áreas indígenas.

Amilton usando os mesmos argumentos não soube explicar

qual a participação da Funai e dos índios no processo de demarcação de suas terras, mesmo a nível de acompanhamento. Os índios que se encontravam no Posto da Funai, explicaram que a participação do índio não foi considerado no processo de demarcação.

"Inicialmente fomos convocados a acompanhar e orientar o Exército no trabalho de demarcação, mas nossas opiniões não foram levadas em conta, então estamos tentando garantir nossos direitos através da Justiça", disse Severino Fernandes.